

PREFÁCIO ¹

O melhor do mundo são os Amigos. Graças a eles coube-me agora o privilégio de colaborar nesta obra coletiva, junto com alguns Colegas de quem sou amigo há muitos anos e com outros que aceitaram que o meu nome se juntasse ao deles nesta empresa comum.

Sinto-me honrado por este encargo, porque ele me permite estar com os organizadores deste livro na concretização do propósito que os levou a pensá-lo e a concretizá-lo: homenagear o Centro Universitário João de Pessoa – UNIPÊ. E é justa esta homenagem, porque, tanto quanto sei, o UNIPÊ edita há anos uma Revista intitulada *Direito e Desenvolvimento*, e o tema do livro – *Direito, Cidadania e Desenvolvimento* – foi escolhido exatamente porque ele vem sendo estudado de forma sistemática pelos professores do UNIPÊ, que o têm incluído nos seus projetos de pesquisa e o têm sugerido aos seus alunos, nomeadamente no âmbito das monografias de conclusão de curso, ao nível da graduação e da pós-graduação.

O título deste livro enuncia uma problemática fundamental deste nosso tempo. Um tempo em que o Prémio Nobel Amartya Sen veio recordar ao mundo que desenvolvimento é “desenvolvimento como liberdade”. Isto é, falar de desenvolvimento não é falar de números, é falar de pessoas, é falar das pessoas como seres livres, é falar da libertação do homem de todas as servidões, é falar das pessoas enquanto cidadãos, senhores de si e construtores do seu futuro.

É importante reforçar estas ideias, neste tempo de *pensamento único*, em que por toda a parte os neoliberais de todos os matizes proclamam sem cessar que *não há alternativa*. Neste tempo de medo semeado pelo discurso totalitário do neoliberalismo.

A revolução científica e tecnológica atingiu nos nossos dias cumes que há pouco ninguém esperaria. A humanidade alcançou níveis de produtividade e níveis de riqueza produzida que permitiriam proporcionar a todos os humanos uma vida digna.

¹ Prefácio do livro *Direito, Cidadania e Desenvolvimento*, coordenado por Ana Celino COUTINHO, Ana Paula BASSO, Maria Áurea Baroni CECATO e Maria Luiza Mayer FEITOSA, Florianópolis, Conceito Editora, 2012.

A verdade, porém, é que os ganhos de produtividade não têm provocado uma melhoria dos salários e das condições de vida dos trabalhadores. Ao contrário, regista-se uma tendência das políticas públicas no sentido de provocar a baixa dos salários, a precarização das relações de trabalho, a diminuição dos direitos conquistados pelos trabalhadores ao longo dos duzentos anos de vida do capitalismo e de lutas contra ele. Se é certo que o capitalismo nasceu como “civilização das desigualdades”, o neoliberalismo (a *globalização neoliberal*) tem acentuado as desigualdades, dando origem ao novo fenómeno da *exclusão social* (a “nadificação do outro”, na terrível mas certa definição de Walter Salles).

O Presidente do Banco Mundial escreveu em outubro de 2010 que “pela primeira vez na história, mais de mil milhões de pessoas deitam-se todas as noites com a barriga vazia”. À escala europeia, o *Grupo de Reflexão* constituído no âmbito do Conselho Europeu e coordenado pelo antigo Presidente do Governo de Espanha, Felipe González, anunciava pela mesma altura que, “pela primeira vez na história recente da Europa, existe um temor generalizado de que as crianças de hoje terão uma situação menos confortável do que a geração dos seus pais”. Em dezembro/2011, ao apresentar o Relatório da organização, o Secretário-Geral da OCDE pôs em relevo o facto de as desigualdades sociais terem aumentado ininterruptamente ao longo dos últimos trinta anos, a tal ponto que “o contrato social está a desfazer-se em muitos países”.

Este é o saldo do neoliberalismo, da globalização neoliberal e do domínio do capital financeiro. Desacreditado há muito no plano teórico, o neoliberalismo está hoje associado, no que toca aos resultados práticos das políticas nele inspiradas, à crise do capitalismo e ao retrocesso civilizacional a que estamos a assistir. No entanto, o neoliberalismo não saiu de cena e, no grande teatro do mundo, os pontos continuam a debitar aos políticos de serviço a mesma cartilha, recitada em todos os tons nos quatro cantos do mundo pelos grandes meios de comunicação de massa, um dos instrumentos mais poderosos do capitalismo do nosso tempo.

E, ao contrário do que alguns pretendem fazer crer, o *estado capitalista* não desapareceu. Ele vem liderando o ataque contra o estado social, contra os trabalhadores e contra os próprios esteios do estado de direito democrático. Nem poderia ser de outro modo, porque o neoliberalismo não é um fruto exótico que nasceu nos terrenos do capitalismo, nem é o produto inventado por uns quantos ‘filósofos’ que não têm mais

nada em que pensar. O neoliberalismo não existe fora do capitalismo. O neoliberalismo é o capitalismo na sua essência de sistema assente na exploração do trabalho assalariado, na maximização do lucro, no agravamento das desigualdades. O neoliberalismo é o reencontro do capitalismo consigo mesmo, depois de limpar os cremes das máscaras que foi construindo para se disfarçar. O neoliberalismo é o capitalismo puro e duro do século XVIII, mais uma vez convencido da sua eternidade, e convencido de que pode permitir ao capital todas as liberdades, incluindo as que matam as liberdades dos que vivem do rendimento do seu trabalho. O neoliberalismo é a expressão ideológica da hegemonia do capital financeiro sobre o capital produtivo, hegemonia construída e consolidada com base na ação do *estado capitalista*, porque o neoliberalismo não dispensa um *estado forte*, seja ele *estado regulador* ou *estado garantidor*, em qualquer dos casos um *estado de classe* ativamente empenhado em criar, primeiro, e em manter e reforçar, depois, as estruturas de poder económico, financeiro, político e ideológico que assegurem a ‘ditadura’ do grande capital financeiro especulador (a “aids da economia mundial”, como lhe chamou um dia o ex- Presidente francês Jacques Chirac).

Quem tem acompanhado o desenrolar da presente crise do capitalismo só pode ter concluído que o *estado capitalista* permanece no seu posto, disposto a fazer o que for necessário fazer para cumprir a sua missão de sempre: defender “os interesses dos ricos contra os pobres, os interesses dos que têm alguma coisa contra os que não têm coisa nenhuma” (Adam Smith). E, como em vários outros momentos da sua história, ele aí está, cada vez mais agressivo, mais repressivo, mais autoritário, mais anti-democrático, a proteger determinados (e bem visíveis) interesses de classe, à custa do sacrifício impiedoso dos interesses (e até da dignidade) dos que vivem do seu trabalho.

Poucas vezes na história do capitalismo a *natureza de classe do estado* terá sido tão nítida como nos tempos que correm: o *estado capitalista* é hoje, sem disfarce, a *ditadura do grande capital financeiro*. O estado capitalista aí está, pois, a anunciar que a notícia da sua morte terá sido um tanto exagerada. O que acontece é que, como sempre, alguns estados são mais soberanos do que outros...

Em vários países do mundo, entre os quais Portugal e o Brasil, as Constituições consagram os direitos fundamentais, tanto no que se refere aos clássicos direitos, liberdades e garantias, como no que concerne aos direitos económicos, sociais e culturais, enquanto *direitos fundamentais dos trabalhadores*. E a consagração destes direitos – que,

em última instância, significa a defesa da liberdade e da dignidade de cada ser humano – é algo que devemos valorizar, no plano jurídico, no plano político e no plano civilizacional.

Mas a consciência disto mesmo não pode apagar a certeza de que as constituições não são varinhas mágicas, nem são *o motor da história*, a certeza de que as constituições não substituem a vida (não substituem a luta de classes) e muito menos fazem revoluções, a certeza de que elas nem sequer garantem, por si próprias, a efetiva concretização dos direitos fundamentais nelas consagrados. Elas não são a fonte milagrosa de onde jorra em abundância o leite e o mel, elas não são a árvore do paraíso, que nos dá, como frutos maduros, todos os nossos direitos como pessoas e como cidadãos.

Seria muito cómodo para nós admitir que as constituições são uma espécie de deus, bastando invocar o seu santo nome (diretamente ou através de um tribunal) para que tudo nos fosse garantido. Mas não temos este direito à comodidade. Temos é o dever de lutar pelos nossos direitos e pelas causas em que acreditamos. Este é um dever de todos os cidadãos. Mas aos universitários e aos intelectuais cabe, de modo particular, como cidadãos, como universitários e como intelectuais, uma responsabilidade enorme nas lutas a travar, tanto no que se refere ao trabalho teórico (que nos ajuda a compreender a realidade para melhor intervir sobre ela) como no que respeita à luta ideológica (que nos ajuda a combater os interesses estabelecidos e as ideias feitas), porque a luta ideológica é, hoje mais do que nunca, um fator essencial da luta política e da luta social (da luta de classes).

É um trabalho longo e difícil. E a minha alegria ao escrever estas palavras radica na confiança em que todos os que participam neste livro, bem como a instituição que ele pretende homenagear, estão empenhados no cumprimento deste dever que acabo de enunciar. Vale a pena fazê-lo acompanhados da música de Chico Buarque, que, em tempos de ditadura, sonhava e cantava o seu “sonho impossível”, porque acreditava nele e nos apontava o caminho: “Lutar, quando é fácil ceder / (...) Negar, quando a regra é vender / (...) E o mundo vai ver uma flor / Brotar do impossível chão”.

António José Avelãs Nunes
Coimbra, 25 de março de 2012